

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.964 - SP (2019/0285909-6)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
RECLAMANTE : RUBENS MARTINS MATTOS
ADVOGADOS : MARILENE MOREIRA - SP168942
SILVANA MARIA DA SILVA PEREIRA - SP176360
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ANTONIO JOSE DOS SANTOS

EMENTA

RECLAMAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. CPC/2015. HIPÓTESES DE CABIMENTO: PRESERVAÇÃO DE COMPETÊNCIA OU DESRESPEITO À AUTORIDADE DE DECISÃO ESPECÍFICA DESTA CORTE. NÃO OCORRÊNCIA DE QUAISQUER DELAS NO CASO CONCRETO. UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. DESCABIMENTO. PRECEDENTES. RECLAMAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de reclamação apresentada por RUBENS MARTINS MATTOS contra decisão proferida pelo Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não conheceu do recurso interposto em face do decisum que deixou de admitir o recurso especial.

Em suas razões, a parte reclamante alega a existência de usurpação de competência do STJ, na medida em que (a) *"ainda que, eivado de vícios o presente agravo interposto deveria ter sido remetido ao STJ e não ter passado por juízo de admissibilidade e ser julgado pelo Desembargador"*; (b) *"(...) pela leitura do agravo interposto, é claro e manifesto de tratar-se do agravo do artigo 1.042 do CPC e não do agravo do artigo 1.021 do CPC, inclusive o pedido final é para que essa Corte julgue o Agravo, respeitando os fundamentos do art. 1042 do CPC"*; (c) *"(...) havendo erro tão somente na nomenclatura, passível a aplicação do princípio da fungibilidade (...)".*

É o breve relatório.

Decido.

Com fundamento na orientação da Súmula 568/STJ, procedo ao

Superior Tribunal de Justiça

julgamento monocrático da reclamação, tendo em vista a sua manifesta inadmissibilidade.

Nos termos do que dispõe os arts. 105, I, *f*, da Constituição Federal e 187 do RISTJ, *"a reclamação, em razão de sua natureza incidental e excepcional, destina-se a preservação da competência e garantia da autoridade dos julgados somente quando objetivamente violados, não podendo servir como sucedâneo recursal para discutir o teor da decisão hostilizada"* (AgRg na Rcl 6.199/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 19/12/2011).

Nesse mesmo sentido, os seguintes julgados: AgRg na PET na Rcl 9.615/MG (Rel. Ministro GILSON DIPP, CORTE ESPECIAL, DJe de 12/06/2013) e AgRg na Rcl 10.126/SP (Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/04/2013).

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, ao regulamentar o instituto, explicita o seu cabimento nas seguintes hipóteses:

Art. 988. *Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:*

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei 13.256, de 2016)

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (Redação dada pela Lei 13.256, de 2016)

No entanto, a disposição do § 5º do mesmo artigo, com a redação dada pela Lei 13.256/16, ressalva o cabimento no caso da propositura após o trânsito em julgado da decisão reclamada (I) e, naquelas ajuizadas para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias (II).

No caso, pretende-se com a reclamação a reforma de decisão proferida pelo Presidente da Seção de Direito Privado do TJ/SP que não conheceu do

Superior Tribunal de Justiça

recurso interposto em face do *decisum* que deixou de admitir o recurso especial com base no art. 1.030, V, do CPC, tendo em vista o seu evidente descabimento, inaplicável a fungibilidade.

Relembro, a propósito da situação aqui verificada, que "(...) o *Superior Tribunal de Justiça* entende que é excesso de rigorismo e, conseqüentemente, usurpação de sua competência o tratamento dado pelos tribunais estaduais a flagrante erro material quando do julgamento de recurso interposto contra decisão que não admite recurso especial" (AgInt na Rcl 36.561/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019). Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes: Rcl 12.587/MA (Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 14/8/2013, DJe 21/8/2013) e Rcl 7.559/SP (Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/5/2012, DJe 1º/06/2012).

No caso, todavia, não há como reconhecer a existência de mero erro material, conforme alega o reclamante, mas, ao contrário, é explícito o erro grosseiro na interposição do recurso.

Da leitura da petição (fls. 77/81 e-STJ), observa-se que, além de tê-la intitulado de agravo interno e fundamentado-a no artigo 1.021 do CPC/2015, há requerimento expresso de remessa do agravo ao Plenário para fins de reforma do *decisum* recorrido, pedido típico dessa espécie recursal.

Nessa mesma linha de consideração, o seguinte julgado da 2ª Seção do STJ:

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO.
INADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL.
INTERPOSIÇÃO. ERRO MATERIAL. NÃO
CARACTERIZAÇÃO. ERRO GROSSEIRO. OCORRÊNCIA.
FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE.
EMENDA DO RECURSO. INTIMAÇÃO. DESCABIMENTO.
AUSÊNCIA DE VÍCIO FORMAL.

1. O *Superior Tribunal de Justiça* entende que é excesso de rigorismo e, conseqüentemente, usurpação de sua competência o tratamento dado pelos tribunais estaduais a flagrante erro material quando do julgamento de recurso interposto contra

Superior Tribunal de Justiça

decisão que não admite recurso especial.

2. Na hipótese, não há falar em mero erro material, mas, sim, em erros grosseiros caracterizados pelo desacerto na nomenclatura do recurso interposto, pela indicação equivocada de dispositivo autorizador legal e pela ausência de impugnação específica dos fundamentos da decisão agravada, o que afasta a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

3. A intimação para emenda do recurso é possível apenas para a regularização de vício formal, não para reparar sua fundamentação. Precedente.

4. Agravo interno não provido. (AgInt na Rcl 36.561/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 02/04/2019, DJe 10/04/2019)

Não se verifica, desse modo, quaisquer das hipóteses de cabimento da reclamação.

Na realidade, ao que se depreende do pedido formulado pela parte reclamante revela a intenção de utilização do instrumento processual como sucedâneo recursal, objetivo vedado pela jurisprudência do STJ (v.g., EDcl na Rcl 6.885/DF, 3ª S., Min. Laurita Vaz, Dje de 21/11/2011).

Ante o exposto, com fundamento no 34, inciso XVIII, do RISTJ, nego seguimento à reclamação.

A apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator